

O esporte nos países africanos de língua portuguesa: um campo a desbravar

Andrea Marzano[1] e Augusto Nascimento[2]

Resumo

O objetivo deste artigo é evidenciar o potencial da investigação acerca do esporte em países africanos que têm o português como idioma oficial, tecendo considerações sobre estudos previamente realizados. A par de breves resenhas, apresentaremos questões que poderão ser úteis para a dinamização dos estudos a respeito de tais países, e não apenas no âmbito restrito da história do esporte.

Palavras-chave: esporte; África; língua portuguesa.

El deporte en los países africanos de lengua portuguesa: un campo a conquistar

Resumen

El objetivo de este artículo es evidenciar el potencial de la investigación acerca del deporte en países africanos que tienen el portugués como idioma oficial, tejiendo consideraciones sobre estudios previamente realizados. Al par de breves reseñas, presentaremos cuestiones que podrán ser útiles para la dinamización de los estudios respecto a tales países, y no apenas en el ámbito restringido de la historia del deporte.

Palabras clave: esporte; África; lengua portuguesa

Sports in Portuguese-language african countries: a field to discover

Abstract

The aim of this paper is to highlight the potential of research about the sport in African Portuguese-speaking countries, adding consideration on previous studies. In a brief review, we present issues that may be useful for further studies on those countries, not only in the limited scope of the history of sports.

Keywords: sport; Africa; Portuguese language.

Le sport dans les pays africains: beaucoup à découvrir

Résumé

Le but de cet article est de mettre en évidence le potentiel de la recherche sur le sport dans les pays africains de langue portugaise, en ajoutant l'examen des études déjà accomplies. En bref examen, nous présenterons les questions qui peuvent être utiles pour des études ultérieures sur ces pays et non seulement dans le domaine de l'histoire du sport.

Mots-clés: sport; Afrique; langue portugaise.

O objetivo deste artigo é evidenciar o potencial da investigação acerca do esporte em países africanos de língua oficial portuguesa, tecendo considerações sobre estudos previamente realizados. A principal questão a ser abordada é: de que maneira o estudo das práticas esportivas pode ser útil para a compreensão do passado e do presente de tais países?

Poucos historiadores, sociólogos e antropólogos têm se dedicado à análise do esporte no continente como um todo, o que se explica, em parte, pela ideia de que tal estudo não pode contribuir para solucionar os graves problemas da África.¹ Quando avaliamos a produção específica sobre o esporte em países africanos de língua oficial portuguesa, a escassez é ainda mais evidente. Mesmo em Portugal, onde o caráter de antiga metrópole é responsável pelo maior volume de pesquisas sobre as ex-colônias, apenas recentemente as práticas esportivas têm sido alvo de investigações sistemáticas.²

Como um exercício de síntese, é digno de menção o trabalho de Nuno Domingos, que apresenta um panorama do esporte nos domínios portugueses na África e na Ásia, durante o século XX.³ Domingos aponta a existência de processos diferenciados de afirmação do esporte, não apenas por meio da legislação e das “instituições coloniais” — exército, escolas, missões religiosas e empresas —, como também pelas associações particulares. Estas desempenharam papel preponderante perante a dificuldade do Estado português em intensificar sua presença em todos os pontos dos territórios ultramarinos, sobretudo no que diz respeito ao esporte, um campo que, décadas a fio, foi considerado um domínio de intervenção não prioritária. Além de oferecer importantes informações a respeito da presença do futebol entre as elites, o autor se interessa pela sua prática nos subúrbios das cidades e vilas, frequentemente alheia à organização federada e pouco comentada pela imprensa.

Segundo Domingos, nos locais em que se verificou um maior grau de industrialização, urbanização e presença de colonos, como Angola e Moçambique, a expansão do esporte foi facilitada, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. O autor afirma que a história das práticas esportivas, marcada por diferentes ritmos e características de cada colônia, pode ser um instrumento de discussão sobre os limites da designação de Império Português,⁴ mormente no tocante aos contornos da dominação exercida sobre as populações.

Na esteira de trabalhos de outros autores, defende também que o esporte pode ser um campo de observação da gestação de percepções do colonialismo; das diferenças entre os estatutos de brancos e negros e da colisão entre quadros jurídicos segmentadores da população e o novo relacionamento social decorrente da emergência e subsequente disseminação do desporto. Afinal, do

¹Bea Vidacs, “Through the prism of sports: why should Africanists study sports?”, *Afrika Spectrum*, n. 41/3, 2006, p. 344. Apesar disso, duas iniciativas relativamente recentes atestam o crescente interesse pelo assunto. Em 2006 e 2007, dois importantes periódicos, da Alemanha e dos Estados Unidos, publicaram números que tiveram o futebol como tema central: o *Afrika Spectrum*, editado pelo *Institut für Afrika-Kunde/ German Institute of Global and Area Studies*, e a revista *Ufamahu: a Journal of African Studies*, editada pela Universidade da Califórnia.

²Nina Clara Tiesler, João Nuno Coelho, “O futebol globalizado: uma perspectiva lusocêntrica”, *Análise Social*, vol. 41, n. 179, 2006, p. 315.

³Nuno Domingos, “O desporto e o Império Português”, In: José Neves, Nuno Domingos, *Uma história do desporto em Portugal*, Matosinhos, Quidnovi, vol. 2, 2011, p. 51-107

⁴*Ibidem*, p. 55.

ponto de vista da porosidade e da indução de mudanças sociais, esta manifestação da modernidade tinha potencial equivalente, quando não maior, ao da imprensa — que também vivia do desporto, amplificando sua importância social e política — e do associativismo político. Aliás, vista a feição ditatorial do Estado Novo português (1933–1974) e da administração colonial, a imprensa e o associativismo político foram substituídos pelo associativismo desportivo, ainda assim com um papel nas mudanças sociais e políticas.

Em um quadro de escassez de estudos sobre o tema, merece destaque o grupo de pesquisadores de diferentes nacionalidades que vem elaborando projetos conjuntos, cujos resultados parciais foram publicados.⁵ Fora do âmbito acadêmico restrito, trabalhos realizados por jornalistas ou memorialistas assumem grande importância, preenchendo lacunas e fornecendo subsídios para estudos monográficos.⁶ Considera-se, ainda, a possibilidade de por mais algum tempo se recolherem testemunhos e relatos de desportistas de antanho, nos quais certamente apontamentos sugestivos para futuras investigações serão encontrados.

Este artigo está organizado por países, e a exposição segue, quando possível, uma ordem cronológica. O intuito principal não é realizar uma análise sistemática sobre o esporte nos países, mas tão somente apresentar, a par de breves resenhas, algumas das questões discutidas pelos autores que a ele se dedicaram.

Angola

A pesquisa sobre as práticas esportivas pode evidenciar conflitos cotidianos, propiciando uma análise da dominação europeia que se pretende localizada e manifesta em ações aparentemente sem importância. Investigando a sociedade luan-dense entre 1870 e 1930 — época de consolidação da dominação portuguesa —, Andrea Marzano reconhece que práticas esportivas foram símbolos da presença europeia e da modernidade, e que os clubes esportivos foram espaços típicos de sociabilidade dos colonos.⁷ Entretanto, sugere que as elites filhas da terra — que desfrutavam, pelo menos desde o século XVIII, de um lugar privilegiado na sociedade — buscaram se aproximar do universo dos colonos por meio da participação nos clubes e competições esportivas, demarcando suas diferenças em relação aos *indígenas*, os quais, por não dominarem códigos culturais europeus, não eram considerados civilizados, sendo, em número crescente, submetidos

⁵Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

⁶Antero Barros, *Subsídios para a história do cricket em Cabo Verde*, Praia, COC/CPV, 1998; *Idem*, *Subsídios para a história do golfe em Cabo Verde*, São Vicente, Clube de Golfe de São Vicente, 1981; Henrique Mota, *História do Club Atlético de Luanda*. Primeiro volume - 1924-1953. Subsídios para a história do desporto angolano, Luanda, Edição do Club Atlético de Luanda e Saudade, 2008; Mateus Gonçalves, Carlos Pacavira, *Trumunu*. Trinta anos de futebol em Angola. (vol. 1: Seleções), Luanda, Edições Trumunu / São Paulo, Kromo Editora, s/d.

⁷Andrea Marzano, "Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda", *In*: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *op. cit.*, p. 71-99.

Marzano parte da existência de três categorias sociais: "colonos", "angolenses" ou "filhos da terra" e, por fim, "indígenas" ou "gentio". Entre os colonos, estão os portugueses recém-chegados e seus descendentes. "Angolenses" e "filhos da terra" eram autodesignações dos negros e mestiços nascidos em Angola que dominavam códigos culturais europeus e formavam a chamada "elite crioula". "Indígenas" e "gentio" eram expressões usadas por portugueses e angolenses para nomear os africanos que não dominavam códigos culturais europeus. Designações idênticas ou semelhantes estiveram presentes em outras colônias portuguesas. Durante a primeira metade do século XX, a legislação colonial enquadraria tais designações, que corresponderiam, grosso modo, às categorias de "cidadãos" (todos os portugueses e seus descendentes diretos, desde que brancos), "assimilados" (negros e mestiços que comprovassem o domínio de códigos culturais europeus) e "indígenas", sendo estes sujeitos ao trabalho compulsório.

a diferentes formas de trabalho forçado, mormente a partir da acentuação da feição não liberal da política colonial, progressivamente enformada pelo racismo emergente desde finais dos oitocentos, justificativo das medidas de exceção contra os africanos e, em especial, contra os chamados *indígenas*.⁸

A autora demonstra que, até a década de 1920, os clubes esportivos foram marcados pela convivência entre colonos e filhos da terra. No entanto, com o incremento da presença de portugueses, os angolenses sofreram um processo de subalternização, evidenciado pelo progressivo afastamento das áreas centrais da cidade, pelas dificuldades de ocupação dos cargos públicos e pela gradual exclusão dos locais de lazer frequentados pelos colonos. Uma vez afastadas desses espaços, as elites angolenses criaram clubes e formaram equipes, transformando as competições esportivas em palcos de conflitos característicos da situação colonial. Esse movimento explicaria a fundação, em 1924, do Club Atlético de Luanda, o qual agregou as mais importantes famílias da terra, descontentes com a crescente exclusão do Club Naval, que se tornaria um espaço ainda mais restrito aos colonos.⁹

No futebol, tal processo se tornou evidente com a criação, em 1925, da *Associação de Football de Luanda*, uma dissidência da *Liga de Football de Luanda*, originada em 1914. A partir de então, os clubes da cidade ficaram divididos em duas organizações: a Associação, agregando equipes formadas majoritariamente por africanos, e a Liga, com equipes de colonos.¹⁰

Crucial para uma visão mais detalhada e realista dos laços sociais em contextos de dominação e, na circunstância, nas antigas colônias portuguesas, o estudo sobre o esporte pode contribuir para o questionamento da oposição binária entre colonizadores e colonizados, tão em voga na análise da situação colonial. Para Marzano, as práticas esportivas evidenciavam conflitos entre colonos e nativos, mas também preconceitos e divisões entre estes últimos. O Atlético tendia a agregar as famílias angolenses melhor situadas social e economicamente, enquanto o *Operário Football Club* era marcado pela presença de africanos dos estratos sociais menos favorecidos.¹¹

Analisar o fenômeno esportivo permite ir além dos espaços institucionalizados de atuação política, bem como da ênfase exclusiva aos movimentos deliberadamente anticoloniais ou aos confrontos armados, tal a perspectiva renovadora que tem marcado a produção recente a respeito da história política da Angola contemporânea. É nesse sentido que Marcelo Bittencourt propõe investigar a luta política nos marcos da legalidade, implementada por angolanos sobretudo nos centros urbanos.¹²

⁸Esta análise poderia ser aplicada ao caso de Lourenço Marques e de outras cidades africanas no referido período, salvaguardadas as especificidades das matrizes institucional e cultural das metrópoles coloniais e, bem assim, das particularidades locais.

⁹Andrea Marzano, "Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda", In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 71-99.

¹⁰Apesar de nesta circunstância a clivagem ser imputável ao colonialismo e às barreiras raciais que lhe subjaziam, a coexistência de várias associações de clubes denotando dissensões de natureza variada foi relativamente comum nos primórdios do futebol em várias partes do mundo.

¹¹Andrea Marzano, *op. cit.*

¹²Marcelo Bittencourt, "Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola", In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *op. cit.*, p. 129-130.

Bittencourt demonstra que alguns dirigentes esportivos dos anos 1950 atuavam, simultaneamente, na imprensa e em associações culturais, reivindicando ao governo colonial maior investimento em escolas e assistência médica, apoio às atividades esportivas e igualdade de direitos entre colonos e angolanos negros e mestiços. Assim, buscavam ser reconhecidos como representantes dos angolanos e usavam, a seu favor, elementos do discurso colonial, que, naquele contexto, postulava a ausência de discriminação racial nas colônias portuguesas. Através da ideia de que os nascidos em Angola eram portugueses, os dirigentes lutavam, nos marcos da legalidade, pela equiparação de direitos.

Para o mesmo autor, a ausência de espaços formais de atuação política, como os partidos, contribuiu para que clubes esportivos se tornassem locais de discussão política, embora não forçosamente anticolonial. O caso do Botafogo é exemplar, já que, em 1961, o clube foi fechado pela Pide, a polícia política portuguesa, sob o argumento de que seus dirigentes atuavam em organizações clandestinas.¹³

Analisando o perfil dos dirigentes esportivos, Bittencourt demonstra a fragilidade da ideia de fronteira entre aqueles que optaram pela esfera legal de atuação política e os que partiram para a clandestinidade ou a luta armada. Era comum que dirigentes esportivos, que necessariamente contavam com aprovação do governo colonial para o exercício da função, reivindicassem na imprensa melhorias na colonização, elaborassem panfletos

O estudo sobre o esporte pode contribuir para o questionamento da oposição binária entre colonizadores e colonizados, tão em voga na análise da situação colonial

independentistas e ajudassem no estabelecimento de contatos entre jovens da colônia e a guerrilha.¹⁴

Recorrendo a entrevistas, o autor demonstra, ainda, que designações informais dos clubes evidenciavam não apenas as discriminações raciais — “clube dos brancos”, “clube dos pretos”, “clube de mulatos” —, mas também o lugar social de seus integrantes ou sua atuação política. O Ferroviário, tido como “clube dos pretos”, era designado como “clube dos contratados”,¹⁵ enquanto o Atlético, conhecido como “clube de mulatos”, passou a ser apontado, nos anos 1960, como “clube dos terroristas”.

Jonuel Gonçalves, em seu estudo sobre a fase final do colonialismo e o pós-independência, afirma que as investigações a respeito do esporte, prática que alimenta identidades múltiplas relacionadas a clubes, torcidas e

¹³Marcelo Bittencourt, “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola”, In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 114-115.

¹⁴*Ibidem*, p. 113-114.

¹⁵O “trabalho contratado” era o mecanismo pelo qual o indígena podia adquirir moeda para o pagamento do imposto colonial. Os indígenas não vinculados a postos de trabalho e, portanto, incapazes de pagar o imposto, podiam ser detidos e submetidos, pelas autoridades coloniais, ao serviço obrigatório (*ibidem*, p. 105).

modalidades, contribuem para reflexões menos esquemáticas — do que aquelas decalcadas exclusivamente das ideias de nação e nacionalismo por oposição ao colonialismo — sobre as construções identitárias.¹⁶ Tais pesquisas permitem, ainda, refletir sobre o uso do esporte pelos regimes políticos, em ações de propaganda ou na divulgação de padrões específicos de nacionalidade, assim como de sensibilização social, expedientes de que temos constantes exemplos nos nossos dias, mesmo em sociedades em que o esporte tem menor pujança, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Gonçalves estabelece relações estreitas entre o campo esportivo e as conjunturas políticas e econômicas, ao revelar a presença de militares nas equipes durante a guerra de libertação. Um dos efeitos foi a conquista de títulos por equipes até então modestas, como a do Futebol Clube do Moxico. Como a maioria das operações guerrilheiras estava localizada naquela região, para lá se dirigiu grande parte do contingente operacional português, de onde saíram destacados atletas. O fim da guerra, com o deslocamento dos atletas militares, faria o clube voltar à obscuridade.¹⁷

Gonçalves também menciona a escassez de competições no imediato pós-independência, bem como o financiamento das atividades esportivas por empresas no início da década de 1980, quando o país sofria a desestruturação econômica proveniente da fuga de quadros portugueses e os efeitos da Guerra Civil (1975–2002).¹⁸ Em uma situação de grandes carências, empresas facilitavam, aos “seus” atletas, a obtenção dos gêneros de primeira necessidade, além de oferecerem empregos e, por vezes, pequenos salários.

Em síntese, vale destacar o potencial das práticas esportivas como reveladoras das tensões raciais na sociedade colonial. Em linhas gerais, até a década de 1920, havia espaço, nos clubes e nas equipes, para a convivência entre colonos e filhos da terra. Na segunda metade dos anos 1920 e nos anos 1930, somada à cristalização do racismo desde finais do século XIX, a intensificação da presença portuguesa gerou a tendência de separação entre clubes de brancos e de negros. Essa tendência se manteria até a década de 1950, quando os movimentos de libertação das colônias levariam os ideólogos do regime salazarista a defender que Portugal não tinha colônias na África, mas sim “províncias ultramarinas”, e que não havia nenhum tipo de discriminação, nomeadamente a racial, nos territórios portugueses. Tal situação geraria a inibição de referências à cor na imprensa e nos documentos oficiais, favorecendo a valorização de equipes esportivas multirraciais e o destaque à participação de africanos em equipes e competições da metrópole. A investigação sobre o esporte permite, enfim, visualizar a presença

¹⁶Jonuel Gonçalves, “Esporte em Angola: do ultra colonialismo à independência”, *In*: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 137.

¹⁷*Ibidem*, p. 143.

Em termos comparativos, também em São Tomé e Príncipe a presença dos militares do Comando Territorial Independente se traduziu na dinamização da atividade desportiva. Conforme testemunhos, incluindo de são-tomenses que se tornaram figuras nacionalistas, foi notório o papel de alguns militares que treinavam equipes da terra, mormente a equipe emblemática dos nativos, o Sporting Clube de São Tomé. Simultaneamente, recrudesceram os conflitos dentro de campo e, certamente, as rivalidades fora dele, compondo uma realidade mesclada de interação e colaboração, competição e rivalidade típica de processos de ‘desportivização’.

¹⁸*Ibidem*, p. 147.

cotidiana e avassaladora do racismo em uma sociedade que tendeu a ocultá-lo em seus pronunciamentos oficiais.

A periodização aqui sintetizada registra as variações da feição da política colonial e da respectiva influência nas relações entre colonos e colonizados nos domínios portugueses na África. No entanto, cumpre ter em atenção a heterogeneidade em cada colônia e, evidentemente, entre todas elas, fato que levou a diferentes histórias das atividades desportivas.

Cabo Verde

Com efeito, a investigação acerca das práticas esportivas permite refletir sobre cada sociedade colonial a partir das múltiplas influências — para além das metropolitanas — sobre sua formação. Tal é por demais evidente no caso de Cabo Verde. Ao estereótipo acerca da maior proximidade cultural com o colonizador contrapor-se-á, por exemplo, a vivência cosmopolita de São Vicente e a influência inglesa de que os cabo-verdianos dessa ilha se orgulhavam. Victor Melo demonstra o papel dos ingleses na introdução do golfe, do críquete, da ginástica e do futebol em São Vicente a partir do final do século XIX, que teria contribuído para a construção de uma identidade cabo-verdiana associada às ideias de modernidade, instrução, cavalheirismo e cosmopolitismo.¹⁹

A investigação sobre o esporte permite, enfim, visualizar a presença cotidiana e avassaladora do racismo em uma sociedade que tendeu a ocultá-lo em seus pronunciamentos oficiais

Descrevendo uma situação parcialmente semelhante à de Angola, o autor afirma que, em Cabo Verde, formou-se, desde o século XVIII, uma elite local que se fortaleceu à medida que os colonos brancos deixavam uma terra inóspita para a agricultura de exportação.²⁰ Após um longo período no topo da pirâmide social, essa elite teria seus privilégios ameaçados pela renovação da presença colonial a partir do final dos oitocentos. Buscando reagir a um processo de subalternização, construiria uma noção de cabo-verdianidade pautada na diferenciação entre as populações do arquipélago e as das demais colônias portuguesas na África. O principal fundamento de tal construção identitária seria a autoatribuição das imagens de modernidade e civilização, para a qual as práticas esportivas contribuíram decisivamente.²¹

¹⁹Victor Melo, "Jogando no meio do Atlântico: primeiros momentos do esporte em Cabo Verde", In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 159-184. Ver também Victor Melo, *Jogos de identidade: o esporte em Cabo Verde*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2011.

²⁰Victor Melo, "Jogando no meio do Atlântico: primeiros momentos do esporte em Cabo Verde", In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), p. 164.

²¹*Ibidem*, p. 162.

A autoimagem das elites cabo-verdianas, que também procuravam se colocar em pé de igualdade com os europeus, fazia parte de uma estratégia política de negação da subalternização. No entanto, esta estratégia envolvia, ainda, a exaltação da lealdade à nação portuguesa e a disponibilidade para ocupar postos administrativos e espaços de liderança em outras colônias.

A investigação sobre a formação de clubes e equipes em Cabo Verde permite, como no caso de Angola, perceber compartilhamentos e tensões cotidianas da situação colonial. Victor Melo se dedica a esta empreitada analisando a introdução do críquete e do golfe em São Vicente.

As primeiras equipes de críquete foram organizadas por funcionários de companhias inglesas na década de 1870. No início da de 1910 já existiam em Mindelo, capital da ilha, dois clubes fundados e frequentados por ingleses. Embora as primeiras equipes fossem compostas por europeus, por vezes mindelenses eram convidados para jogar.

Os mindelenses não tardariam a organizar seus jogos, aproveitando os horários vagos das canchas inglesas. Com o tempo, o campo mais antigo passou a ser utilizado pelos mesmos, enquanto o mais novo era usado pelos ingleses. Previsivelmente, os nativos criaram agremiações próprias entre as décadas de 1910 e 1920, aumentando as rivalidades com os estrangeiros e, com isso, o sentimento de identificação resultante da competição desportiva.

O golfe foi introduzido em São Vicente no final do século XIX. A fusão de diferentes clubes fundados nos anos 1920 deu origem, em 1933, ao *Saint Vincent Club*, restrito a ingleses e a poucos convidados. Excluídos deste espaço, os mindelenses fundaram, em 1938, uma agremiação própria. Na altura, o golfe era praticado por ingleses, colonos portugueses e mindelenses.

Refletindo as fissuras da sociedade, existiam, na década de 1940, três campos de golfe frequentados, com senso de exclusividade, por ingleses, portugueses e mindelenses. No entanto, segundo Melo, estes últimos seriam convidados a integrar o clube dos colonos. Seria este convite um resultado indireto da mudança do discurso colonial português na década de 1950, com a negação da discriminação racial e a afirmação do lusotropicalismo? Como hipótese, podemos sugerir que terão sido várias as causas, desde um ambiente mais propício por força da (inconfessada) inflexão ideológica nas chefias do regime colonial até à realidade sociodemográfica de São Vicente, para além da indução da prática desportiva na mudança, mesmo se politicamente pouco significativa, de hábitos num meio onde os colonos eram relativamente poucos e não necessariamente com mais larga mundividência do que parte da população da cidade do Mindelo. Diversas circunstâncias terão laborado no sentido do esbatiamento dessa clivagem recortada de acordo com a noção de raça.

Como nas restantes ex-colônias, a independência de Cabo Verde traria discussões de cariz ideológico sobre a função e a natureza do desporto que se queria culturalmente desalienado. Nas investidas ideológicas dos dirigentes perpassavam os antagonismos entre as ilhas, que remontavam ao tempo colonial. A democratização matizaria a carga ideológica do discurso sobre o desporto, o qual seguiria representando o país.

Guiné-Bissau

Mercê também das vicissitudes político-militares por que tem passado o país — após a proclamação da independência do Estado da Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973 e o fim da guerra de libertação, sucederiam o “Movimento Reajustador de 14 de Novembro” de 1980 e a eclosão do conflito militar a 7 de Junho de 1998 —, os estudos sobre o desporto na Guiné-Bissau escasseiam.²²

Podemos dizer que está quase tudo por fazer. Os estudos relativos ao processo de libertação nacional analisam o componente político-militar, a luta armada levada a cabo pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), descurando outras maneiras e espaços de veiculação e sedimentação de formas de consciência ligadas à terra e as anticoloniais.

A base agrária e a rarefeita modernidade na Guiné-Bissau no tempo colonial não pareciam propícias à disseminação da prática desportiva. Após a Segunda Guerra Mundial, o governo colonial tentou desenvolver o desporto, mormente o futebol, o que resultou numa expressão adicional de rivalidades entre nativos, cabo-verdianos e colonos, por meio dos clubes desportivos. Porém, isso também resultaria na possibilidade de formação de uma consciência política.²³

O golfe foi introduzido em São Vicente no final do século XIX. A fusão de diferentes clubes fundados nos anos 1920 deu origem, em 1933, ao Saint Vincent Club, restrito a ingleses e a poucos convidados

Em 1945, o Capitão de Fragata Sarmiento Rodrigues tornou-se governador geral da Guiné.²⁴ Enquanto governador, buscou estimular, juntamente com o Primeiro Tenente Peixoto Corrêa, presidente do Conselho de Desportos, as atividades esportivas. Isso fazia parte de um conjunto de medidas que tinham como meta melhorar a qualidade de vida dos habitantes da Guiné, transmitindo a imagem do papel civilizador da colonização e a ideia de que todos os domínios portugueses, na Europa ou no Ultramar, faziam parte de uma mesma nação.²⁵ Apesar do impulso às atividades esportivas, envolvendo futebol, hóquei sobre patins, basquete, vôlei, tênis, ciclismo, motociclismo e automobilismo, muitos clubes mantiveram-se inacessíveis à maioria dos naturais da terra, destinando-se aos colonos, aos cabo-

²²Um dos poucos trabalhos é a dissertação de mestrado de Paulo Fonseca Mendes, *O desporto na República da Guiné Bissau. Análise evolutiva da legislação e do nível de prática desportiva (1974-1999)* – Dissertação de Mestrado em Ciências do Desporto, Porto, Universidade do Porto, 2000. Esta dissertação revisita a produção legislativa e o desenho institucional relativos à atividade desportiva ao longo de um quarto de século (1974-1999) de independência da Guiné-Bissau.

²³Cf. Victor Melo, *Jogos de identidade: o esporte em Cabo Verde*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2011, p. 187-195.

²⁴Entre 1950 e 1955, Sarmiento Rodrigues foi ministro das colônias, destacando-se como um dos responsáveis pela revogação do Ato Colonial. Em 1951, o ministério das colônias passou a se chamar ministério do ultramar.

²⁵Victor Melo, “(Des)mobilização para a luta: o esporte como estratégia nos conflitos da Guiné portuguesa (décadas de 50 e 60 do séc. XX)”, *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, EDUCS, vol. 10, n. 19, jan./jun. 2011, p. 215-236.

verdianos e a alguns poucos “assimilados” (designação que deixara de existir em 1946).²⁶ Assim, antes da independência, o esporte na Guiné-Bissau praticamente resumia-se a quem frequentava o liceu em Bissau, aos torneios organizados pela Mocidade Portuguesa, às atividades desportivas nas forças armadas ou nos clubes. As demais pessoas praticavam desporto ocasionalmente em equipes improvisadas nos bairros ou nas tabancas.²⁷

Isso não impedia que as ocasiões esportivas fossem encaradas, pelos primeiros defensores da luta anticolonial, como momentos propícios para a organização política e a difusão das idéias independentistas. Em 1954, Amílcar Cabral, futuro fundador do PAIGC, tentou criar uma associação, denominada Clube Desportivo e Recreativo de Bissau, mas não obteve autorização das autoridades coloniais. Naquela ocasião, tanto líderes nacionalistas quanto seus opositores perceberam o potencial político de uma associação esportiva composta por naturais da terra. Além de Cabral, outros líderes independentistas tiveram atuação de destaque no esporte, nomeadamente no futebol, e realçaram a importância da vivência esportiva para a tomada de consciência nacionalista.²⁸

A primeira constituição da Guiné-Bissau, aprovada pela Assembleia Nacional Popular no Boé, em 24 de Setembro de 1973, não continha qualquer artigo referente à prática e difusão dos esportes.²⁹ Após a independência, além das carências que faziam a governação atentar em áreas vitais como saúde, educação e agricultura, vários fatores fizeram o desporto cair no marasmo, entre eles a falta de experiência de organização, administração e gestão de recursos, a escassez de pessoas qualificadas e a inexistência de infraestruturas e materiais.³⁰ Acima de tudo, pesou a indefinição de uma política desportiva, a qual forçosamente tinha de ser distinta das proclamações ideológicas que então avassalaram as enunciações sobre o devir social.

Na Guiné-Bissau, no esporte, como em outros setores da vida social, era visível a dificuldade de passar das proclamações ideológicas às políticas setoriais. Não obstante, acentuou-se a dependência do Estado, tendo sido criadas comissões instaladoras de Federações que tiveram de fundar novos clubes e delinear as competições. Por decisão governamental, em 1988, erigiram-se as federações de atletismo, basquetebol e handebol (a de futebol existia desde 1974), pressupostamente para permitir a participação internacional, viabilizar a diversificação e a massificação da prática desportiva formal nas três vertentes, ou seja, desporto de lazer, popular e federado. Atentas às circunstâncias políticas, e não obstante a prática informal do desporto, as metas ficaram aquém do preconizado pelas instituições. Em 1999, existia uma Direção Geral dos Desportos — criada em 1981 —, um Comitê Olímpico e sete Federações, fundadas para permitir a participação

²⁶Victor Melo, “(Des)mobilização para a luta: o esporte como estratégia nos conflitos da Guiné portuguesa (décadas de 50 e 60 do séc. XX)”, *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, EDUCS, vol. 10, n. 19, jan./jun. 2011, p. 221-222.

²⁷Paulo Fonseca Mendes, *O desporto na República da Guiné Bissau. Análise evolutiva da legislação e do nível de prática desportiva (1974-1999)* – Dissertação de Mestrado em Ciências do Desporto, Porto, Universidade do Porto, 2000, p. 47-48. Conjuntos populacionais em zonas rurais, as tabancas podem albergar uma organização social convergente com as práticas culturais prevaletentes nas regiões onde estão implantadas.

²⁸Victor Melo, *op. cit.*, p. 222-231.

²⁹Paulo Fonseca Mendes, *op. cit.*, p. 56.

³⁰Paulo Fonseca Mendes, *op. cit.*, p. 48-49.

em competições internacionais, mas que dificultaram a “organização interna do desporto”.³¹

Além da necessidade de explorar as eventuais dimensões políticas no seio do associativismo desportivo durante o colonialismo — mormente no tocante à conscientização da condição de colonizados —, é necessário abordar a maneira como no pós-independência o desporto foi, ou não, idealizado como instrumento de construção da nação e, em alguma medida, de adestramento de corpos e mentes, em atenção ao imperativo de construir um *homem novo*. Na verdade, o almejado esporte de massas comportava desígnios de imposição de uma modernidade a que o tecido social guineense seria menos propenso. Deste ponto de vista, as medidas legislativas revelaram-se menos eficazes.

Moçambique

O esporte pode ser investigado a partir de suas relações com o poder colonial. Como afirma Nuno Domingos, o Estado colonial procurava controlar as associações esportivas e culturais.³² O desporto refletia as categorizações sociais que separavam europeus, assimilados e indígenas, sendo estes últimos legalmente impedidos de criar associações, podendo, contudo, participar de suas atividades.³³ Apenas no final dos anos 1950, quando nativos jogavam nas principais equipes de Lourenço Marques, o Estado colonial decidiu por fim à discriminação no futebol.

Entretanto, para Domingos, o esporte não deve ser considerado um reflexo estático das ações do Estado colonial. Portador de certa autonomia, o domínio esportivo deve ser estudado em sua dinâmica própria. O autor propõe-se refletir sobre o papel do esporte na formação de uma cultura popular urbana em Lourenço Marques, onde o “mundo dos dominados” se apropriava dos esportes e criava formas próprias de praticá-los, construindo performances que não se confundiam com aquelas do universo esportivo organizado pelos europeus.³⁴

Ademais, a análise do esporte em Lourenço Marques permite, assim como no caso de Mindelo, avaliar influências “externas”, para além das exercidas pela metrópole, no cotidiano colonial. Ocupado por moradias de caniço³⁵ que abrigavam a maioria da população africana, o subúrbio de Lourenço Marques era uma periferia do centro do poder português, mas, também, da florescente indústria da África do Sul, cuja fronteira era cruzada continuamente por

³¹Paulo Fonseca Mendes, *O desporto na República da Guiné Bissau*. Análise evolutiva da legislação e do nível de prática desportiva (1974-1999) – Dissertação de Mestrado em Ciências do Desporto, Porto, Universidade do Porto, 2000, p. 50.

³²Nuno Domingos, “Desporto moderno em situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques”, In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 21.

³³*Ibidem*, p. 232.

³⁴*Ibidem*, p. 212-213. Ver também Nuno Domingos, *Futebol e colonialismo*. Corpo e cultura popular em Moçambique, Lisboa, ICS, 2012.

³⁵Moradias originalmente construídas com feixes de cana e palha. Atualmente, as habitações dos “bairros de caniço” utilizam os mais diferentes materiais, por exemplo, blocos de cimento e zinco, mas mantêm uma aparência frágil e improvisada. Os “bairros de caniço” se caracterizam, sobretudo, pela falta de saneamento básico e pelas carências de seus habitantes, realidade mais acentuada nas periferias das maiores cidades, mormente de Maputo.

trabalhadores moçambicanos que se dirigiam às minas.³⁶ A influência sul-africana no subúrbio afetaria a história do futebol na capital de Moçambique.

Em Lourenço Marques, como no Mindelo, a extensa comunidade inglesa seria responsável, no início do século XX, pela institucionalização dos esportes, que compunham um estilo de vida das classes dirigentes, compartilhado por alguns membros da elite portuguesa. Assim, na primeira década daquele século foram criados clubes exclusivos, com nomes em inglês e atividades amadoras de tênis, golfe, vela, rúgbi, críquete e futebol.

Como em outras colônias, o associativismo português logo reforçaria a presença do esporte, promovendo a prática da vela, do atletismo, do automobilismo, da ginástica e do futebol. Por sua localização, os clubes de colonos ficaram conhecidos como “clubes da baixa”.

Em 1923, criou-se a Associação de Football da Província de Moçambique, futura Associação de Futebol de Lourenço Marques. O associativismo português suplantou a influência inicial britânica, fazendo com que vários clubes da cidade e de toda a colônia fossem filiais dos clubes desportivos metropolitanos. Para Domingos, as performances esportivas destes clubes geraram uma “narrativa desportiva metropolitana”, que, através dos meios de comunicação, teve um peso crucial na cultura urbana de Lourenço Marques, ultrapassando o “mundo do colono”.³⁷

Enquanto as competições de futebol se institucionalizavam, com jogos envolvendo atletas brancos e alguns mestiços, membros da elite crioula, outras modalidades se desenvolveram no mundo dos colonos, como o hóquei em patins e o basquete. Todas essas atividades chegaram aos subúrbios na década de 1920.³⁸

Alguns clubes suburbanos surgiram de igrejas, enquanto outros estavam ligados ao Grêmio Africano, associação de defesa das elites crioulas, as quais foram fundamentais para a institucionalização do futebol nos subúrbios com a criação, em 1924, da Associação de Football Africana.³⁹ As elites ligadas ao Grêmio Africano — assim como suas congêneres de Luanda — avaliaram o esporte como um instrumento para a educação e a civilização da juventude africana, enxergando no associativismo desportivo um instrumento de reorganização política e resistência à subalternização. Suas esperanças logo seriam enfraquecidas devido ao crescente controle das associações pelas autoridades coloniais, que exploraram as fissuras das elites crioulas, sobretudo entre negros e mestiços.⁴⁰

Os campeonatos da “baixa” não permitiam a participação de clubes da Associação de Football Africana. Mesmo no plano individual, indígenas e até assimilados eram geralmente barrados. Para Domingos, apenas a autonomia relativa do campo desportivo explica as carreiras excepcionais de jogadores como Matateu, Coluna, Hilário e Eusébio, que se destacaram em clubes metropolitanos nas décadas de 1950 e 1960. Forçando as barreiras raciais, o processo de profissionalização em curso teria gerado a procura de talentos, permitindo que esses atletas assimilados, quase todos mestiços, conseguissem

³⁶Nuno Domingos, “Desporto moderno em situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques”, In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 224.

³⁷*Ibidem*, p. 220.

³⁸*Ibidem*, p. 220-221.

³⁹*Ibidem*, p. 226-227.

⁴⁰*Ibidem*, p. 228.

passar da Associação de Football Africana para a Associação de Futebol de Lourenço Marques.⁴¹ Amplificado pela mídia, o sucesso desses jogadores se refletiu nos subúrbios, onde os “clubes da baixa” passaram a buscar talentos.

Desde então, o futebol alimentou a propaganda luso-tropicalista. Uma parte da população do subúrbio se sentiu representada por aqueles atletas e, ao mesmo tempo, integrada na “modernidade”. Tal processo levaria, segundo Nuno Domingos, à hegemonia das narrativas da cidade baixa e da metrópole na cultura popular, sufocando as narrativas alternativas das performances suburbanas.⁴² Tal hegemonia não cessaria com o fim do domínio português, em 1975. Os “clubes da baixa” foram nacionalizados e ganharam novos nomes, porém continuaram reproduzindo, de acordo com o autor, a antiga narrativa metropolitana.

O desporto conheceu graves dificuldades devido à Guerra Civil (1976–1992) e à desarticulação econômica, tendência que tornou notório o desempenho no atletismo da campeã olímpica e mundial Maria de Lurdes Mutola. Por entre alvitre descontraído acerca de possíveis permanências do tempo colonial, discute-se o incremento dos desportos em Moçambique. Mas, como noutros países, os feitos desportivos não deixam de ser saudados, entre eles, o quarto lugar em 2011 no campeonato mundial de hóquei em patins, um desporto em que Moçambique forneceu campeões ao antigo colonizador e que se tornou, tempos depois, motivo de orgulho nacional.

O futebol alimentou a propaganda luso-tropicalista. Uma parte da população do subúrbio se sentiu representada por aqueles atletas e, ao mesmo tempo, integrada na “modernidade”

São Tomé e Príncipe

Justamente devido às prodigiosas receitas com a monocultura do cacau, a São Tomé e Príncipe faltaram condições para uma cultura de modernidade e, daí, para a sedimentação das práticas desportivas institucionalizadas e regulares. Tais fatos são explicados pela microinsularidade, pela falta de um pujante centro urbano e, ainda, pela feição da hegemonia das plantações baseadas no uso intensivo de mão de obra africana e na extroversão econômica.

As tentativas de levar o progresso e a civilização ao arquipélago, no momento da chegada dos primeiros europeus, acabariam por definhar pelas condições adversas, a saber, ralo tecido demográfico nativo, cidade de dimensão exígua e orientação política no sentido de tornar o arquipélago uma colônia-plantação, isto é, território dominado pela extroversão econômica e usura da mão de obra

⁴¹Nuno Domingos, “Desporto moderno em situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques”, In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 237.

⁴²*Ibidem*, p. 238.

importada. Não havia espaço para a diversificação social nem para a difusão da civilização do progresso, que não pelo trabalho extenuante dos africanos.

Como noutras colônias, a nova orientação do colonialismo implicou a subalternidade dos ilhéus, a que estes tentaram reagir, mobilizando-se politicamente de finais do século XIX até aos primórdios do Estado Novo, quando a feição ditatorial impediu pela repressão a continuação das ações de reivindicações e de protesto. Curiosamente, foi o mesmo governador a ditar a repressão que, ao final da década de 1930, inspiraria a institucionalização do futebol e dos respectivos clubes, filiais ou réplicas dos da metrópole, à frente dos quais viriam a estar ilhéus e europeus.

Ainda assim, quer por arrastamento dos efeitos da crise dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial, que se somavam ao empobrecimento derivado da extroversão econômica, quer pela sua microinsularidade, São Tomé e Príncipe manteve-se uma terra pouco cosmopolita. Os colonos, parte deles de baixa extração social e cultural, estavam dispersos pelas roças de cacau e os que viviam na cidade reproduziram, até meados do século XX, modelos de conduta e relacionamento inspirados por um racismo contido, mas suficientemente operante para inviabilizar a cooperação necessária à aposta num lazer partilhado como o do desporto. A vida citadina era exígua e pobre, mais dada à pequena intriga do que à apropriação das novidades do mundo.

Este panorama da vida social em São Tomé foi alterado apenas nos anos 1960, quando as autoridades coloniais ensaiaram mudar as políticas, diluindo o gravoso das relações colono/colonizado e ensaiando conquistar os corações dos ilhéus.⁴³ A par da melhoria das condições sociais, as autoridades tentaram promover o esporte, principalmente o futebol, incentivando a criação de equipas nas vilas e induzindo a realização de campeonatos corporativos entre equipas das roças. Conquanto fosse mantida a diferença entre futebol federado — em que participavam, entre outros, o Sporting Clube de São Tomé e o Sport São Tomé e Benfica, filiais dos homónimos da capital portuguesa — e o desporto corporativo, tal equivalia a uma revolução nos hábitos e rotinas das roças, que, pragmaticamente, os roceiros acolheram bem.

Na cidade de São Tomé e nas vilas, o futebol concitava interesse, ao mesmo tempo em que a rivalidade racial se insinuava dada a identificação do Sporting como clube dos nativos. Apesar das frequentes menções do Sporting como cadinho de consciência nacionalista, tal representação merece ser escrutinada. Em qualquer dos casos, tanto se deve ter reafirmado o laço afetivo com a metrópole quanto por esse clube passaram figuras da elite local, algumas delas propensas a acolher mensagens em prol da independência, mais do que os restantes segmentos da população, especialmente os serviços importados das outras colônias.

Em todo o caso, tal não apagava o apego ao futebol jogado em Portugal e aos respectivos clubes. Foi justamente esta afeição que os dirigentes quiseram remover do espaço público são-tomense no pós-independência. O fito político tinha maior alcance, atinha-se à criação do *homem novo*, liberto dos resquícios do colonialismo, entre os quais se contava esta afetividade para com os clubes de Portugal.

Em troca, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) propôs-se criar um desporto de massas e, ainda que não economicamente diferenciado e suficiente, um campeonato popular de futebol. A designação popular

⁴³Augusto Nascimento, "Esporte em vez de política no ocaso do colonialismo em São Tomé", *In*: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 243-278.

cairia em desuso, porém tais torneios foram-se realizando, já sem os supracitados clubes, mas com alguns sobreviventes da era colonial e outros promovidos, por assim dizer, pela independência.

O esporte de massas soçobrou porque assentava na equivocada presunção da apetência universal pela prática do desporto, que, alegadamente, o colonialismo tinha discricionariamente barrado aos ilhéus. Ora, passada a euforia da independência, parte dos são-tomenses deve ter sentido que a prática do desporto de massas tinha menos de lúdico do que de obrigação. Além disso, as dificuldades económicas tomavam tempo e voltavam a pesar no cotidiano, prejudicando a vida coletiva, cingida, de novo, às formas costumeiras de convívio.

Também devido às dificuldades económicas, a capacidade de competição internacional dos desportistas nacionais foi diminuindo. Não só escasseavam os meios para deslocações a estágios e provas, como pioravam as condições de subsistência dos atletas.

A passagem do regime de partido único para a democracia representativa prometeu uma renovação ao país. No entanto, apesar de um ambiente político mais favorável às solidariedades horizontais e à autonomia do campo desportivo, o empobrecimento da década de 1990 teve efeitos devastadores, fato a que se somou a inoperância das instituições desportivas, especialmente as futebolísticas. Por

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) propôs-se criar um desporto de massas e um campeonato popular de futebol

exemplo, a seleção de futebol sênior esteve oito anos sem competir e em quatro anos da primeira década deste século não se realizaram campeonatos de futebol.

O desporto concita interesse, mas não necessariamente nos termos idealizados pelos políticos. Prevalece o afeto para com as equipas da antiga metrópole, matizado, agora, pela atenção com que se seguem outros emblemas de outros países, tal o indício da relação dos são-tomenses com o mundo, muito diversa do tempo colonial e pós-colonial. Por isso, não basta aos políticos acenar com intenções relativas ao esporte para promover a coesão entre os são-tomenses e, de caminho, aumentar a sua base de apoio. Os são-tomenses estão mais ligados ao mundo, e o apego ao desporto é somente mais uma face daquelas que compõem sua identidade plural.

Considerações finais

A reflexão acerca do esporte em países africanos de língua portuguesa é um campo a desbravar. Embora poucos, os estudos realizados demonstram que, a despeito de traços comuns, resultantes das diretrizes gerais do Estado colonial português, as trajetórias do esporte assumiram, em cada colônia, feições peculiares, decorrentes dos recursos existentes, das relações construídas cotidianamente entre colonos e africanos e de preferências e estratégias destes últimos. Isso reforça um traço comum na historiografia recente sobre a África colonial, que consiste,

precisamente, na análise do colonialismo para além dos projetos, discursos, instrumentos jurídicos e ações metropolitanas.

Como mostram os trabalhos analisados, o esporte não foi somente um instrumento do Estado colonial para a disciplinarização das massas, nem apenas uma arma a favor dos nacionalismos e da luta anticolonial. Podendo ser tudo isso, as práticas esportivas foram, também, oportunidades de diversão, compartilhamentos e conflitos. Permitiram a afirmação de dignidades e a construção de identidades diversas.

Passado o colonialismo, o propósito de uma análise crítica terá de se aplicar igualmente às dimensões políticas e sociais do desporto nos supracitados países, bem como no continente africano em geral. Esses veios políticos e sociais poderão ser menos evidentes, mas certamente não são menos operantes na constituição das unidades políticas e sociais.

As interpenetrações entre evolução política, trajetória econômica, vida social e práticas desportivas são variadas, mas definitivas. O estudo do desporto diz muito sobre as características dos países africanos.